

## *Nosso tempo é agora! Mobilização política e transformações das imagens de controle das mulheres negras*

*Now Is the Time! Political mobilization and changing the controlling images of Black women*

---

### **Angela Figueiredo**

Professora Adjunta III da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Coordenadora do Coletivo Angela Davis e da Escola Internacional Feminista Negra Decolonial. Membro do Fórum Marielles.

### **Naiara Leite**

Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Coordenadora do Programa de Comunicação do Odara – Instituto da Mulher Negra, e membro do coletivo de mídia negra Revista Afirmativa.

### **RESUMO**

O texto aborda o protagonismo das mulheres negras nas últimas eleições em 2020, ocorrida em plena pandemia causada pela corona vírus. Considera-se na análise as principais pautas de atuação política e destaca-se a importância da comunicação nas redes sociais. O texto estrutura-se em três partes: na primeira, é apresentado alguns aspectos importantes relativos ao contexto e às conquistas históricas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras que contribuíram para a campanha de Vilma Reis em Salvador e de outras mulheres negras candidatas a vereadora ou prefeita. Na segunda, aborda-se as questões teóricas sobre o tema do imaginário e das imagens de controle para, finalmente, no terceiro momento, apresentar a formulação de narrativas contra hegemônicas que caracterizam a atuação das mulheres negras na política. Do ponto de vista metodológico, o texto resulta da observação participante antes do isolamento social e durante através das reuniões e de diálogos on-line e da análise dos cards veiculados nas redes sociais. As peças analisadas mostram que as mulheres negras têm ampliado suas ações no processo de disputa de poder, para incidir na conjuntura de maneira tática, valorizando e potencializando seus pertencimentos identitários, rompendo com imaginários que desumanizam e subalternizam as mulheres negras.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Mulheres negras; Racismo; Protagonismo; Imaginários; Insurgência.*

### **ABSTRACT**

This article discusses the leadership roles of Black women in the 2020 elections in Brazil, in the midst of the pandemic caused by the new coronavirus. It considers the main lines of political action and highlights the importance of communication through

social networks. It is divided into three parts. The first presents some important aspects of the context and historical achievements of the *Movimento Negro* and the Black Women's Movement that contributed to Vilma Reis's campaign for nomination to run for mayor of Salvador. The second discusses theoretical issues of the imaginary and controlling images. The last part presents the formulation of counter-hegemonic narratives that characterize the action of Black women in politics. From a methodological perspective, the article results from participant observation in meetings and online dialogues, rather than social isolation, as well as the analysis of cards distributed through social networks. The pieces that are analyzed show that Black women have broadened their action in the process of running for office, and have acted tactically on the conjuncture, valuing and strengthening their sense of belonging, and breaking with the imaginaries that dehumanize and subordinate Black women.

**KEYWORDS:** *Black women; Racism; Leadership; Imaginaries; Insurgence.*

Submetido em 15 de Março de 2021

Aceito em 12 de Junho de 2021

## Introdução

*Meu tempo é agora* é o título do livro de Mãe Stela de Oxossi, publicado em 2010. Mãe Stella foi uma das maiores lideranças religiosas e políticas das religiões de matriz africana no Brasil e faleceu em 27 de dezembro de 2018. O título deste artigo faz referência explícita ao trabalho de Mãe Stela, mas também diz respeito ao fato que, do ponto de vista da mobilização política e das eleições de 2020, nunca tivemos um número tão expressivo de candidatas negras. Ainda que a participação de mulheres negras na política tenha aumentado em 2018, efetivamente, 2020 marca uma mudança significativa em termos do número de candidaturas de mulheres negras, tema do qual tratará este texto. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de mulheres eleitas em 2018 cresceu 52,6% em relação a 2014. Foram eleitas 77 mulheres para a Câmara Federal, mas destas somente 13 eram negras e uma indígena.

No dia 2 de julho de 2019, a Bahia e o Brasil foram surpreendidos com o lançamento de Vilma Reis como pré-candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT) à prefeitura de Salvador. *Agora é ela!*, como ficou conhecido este movimento de

insubordinação e desobediência ao patriarcado e à heteronormatividade branca na política, constituiu-se como uma ruptura nas regras da política partidária que, aliada à indignação e revolta frente ao assassinato de Marielle Franco e a não identificação dos mandantes do crime, estimulou muitas mulheres negras a se lançarem como candidatas a prefeitas e vereadoras nas últimas eleições. Esse movimento significa um novo capítulo da história política do Brasil, pois Marielle deixou sementes!

Ainda que a nossa ação política não tenha obtido êxito, no que diz respeito à escolha de Vilma Reis como candidata do PT para disputar a prefeitura de Salvador, ela foi eficaz na sua capacidade de articulação e mobilização política e na disseminação da importante reflexão sobre o lugar ocupado pelas mulheres negras na política nacional, bem como de transformar os estereótipos e as imagens de controle (COLLINS, 2010) que têm historicamente subjogado o potencial e a determinação política das mulheres negras.

Outra conquista importante das mulheres negras, em termos da articulação política do movimento *Agora é ela!* que precisa ser destacado aqui é o Fórum Permanente de Formação e Fortalecimento Político de Mulheres Negras Marielle Franco, ou simplesmente o Fórum Marielles, criado em 14 de março de 2019, como resultado de um encontro de mulheres negras para homenagear e ao mesmo tempo protestar contra o brutal assassinato da vereadora, ocorrido em 14 de março de 2018. O propósito do Fórum é estimular a participação política das mulheres negras em cargos de liderança – seja em associações de moradores, direção de escolas, até vereadoras de pequenos municípios, reitoras de universidades, prefeitas, senadoras e presidentas – e atuar no acolhimento político de mulheres negras. De acordo com o manifesto lançado em junho de 2019:

O Fórum é uma rede de organizações feministas negras de esquerda, suprapartidária, cujo objetivo é investir na formação e no acolhimento político de mulheres negras, tendo como suporte o feminismo negro. Isso significa dizer que rompemos com a lógica patriarcal existente na maioria das relações sociais e praticamos a desobediência política, civil,

epistemológica, patriarcal e heterossexista. Queremos construir um modelo de participação política em que o isolamento das mulheres negras eleitas não seja a marca e um desestímulo para a nossa atuação política. (Manifesto do Fórum Marielles, 2019, p. 1).

Ainda que grande parte da campanha de Vilma Reis tenha ocorrido antes do primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus na Bahia, o que possibilitou grandes encontros, mobilizações políticas e articulações presenciais com diferentes setores dos movimentos sociais, a decisão do PT de não escolher Vilma Reis como candidata à prefeitura, assim como as eleições no dia 15 de novembro de 2020, ocorreram no contexto da pandemia. Denice Santiago Santos do Rosário, uma mulher negra, membra da Polícia Militar do Estado da Bahia (PM/BA), foi a preferida do governador Rui Costa, petista. Major Denice ficou conhecida por ter criado a Ronda Maria da Penha, um programa da PM/BA voltado ao combate da violência contra as mulheres. Para se candidatar, ela se afastou da PM e se filiou ao PT em fevereiro de 2020.

A escolha de outro nome foi um golpe para o projeto coletivo dos movimentos sociais que, definitivamente, já tinham escolhido Vilma Reis. Contudo, não houve um momento sequer na campanha em que tenha ocorrido desrespeito, acusação ou agressão verbal contra a candidatura de Major Denice. Reagimos à sua candidatura negativamente, pois recusamos a militarização da política, já que este é um projeto em curso do atual governo federal. Como estratégia de comunicação, a resposta dada pelo movimento social foi reforçar a bandeira do movimento *Agora é ela!*, reafirmando que cada uma tem sua função: uma na polícia, outra na prefeitura.

Figura 1 – Card do Movimento *Agora é ela!*



Fonte: Este card foi veiculado por WhatsApp

Ainda que não seja o foco deste artigo, é necessário destacar que na eleição para a prefeitura de Salvador em 2020 tivemos pela primeira vez na história duas mulheres negras concorrendo, Major Denice, pelo PT, e Olivia Santana, candidata do Partido Comunista do Brasil (PC do B)<sup>1</sup>. Ainda é necessária uma maior reflexão sobre essas candidaturas e o modo como a *maré feminista negra* impactou as eleições municipais e transformou sua estética política<sup>2</sup>, independente dos resultados, pois entendemos que se trata de uma ruptura com o imaginário político hegemônico sem precedentes na história política do país.

Atualmente, o número de mortes causadas pela pandemia do novo coronavírus no Brasil chegou a mais de 569 mil mortos. Sabemos que, embora a pandemia atinja a todos, todas e todes, ela afeta os sujeitos de forma diferenciada, atingindo

<sup>1</sup> Reconhecemos a importância da militância de Olivia Santana na União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO) e no PC do B, bem como a importância de sua candidatura, mas, infelizmente, não há espaço suficiente para a abordagem do tema neste texto.

<sup>2</sup> O movimento utiliza o termo de estética política, para ser mais abrangente no que diz respeito ao conteúdo, ao discurso, à cultura e à estética mesmo, pois aqui incluímos os corpos negros, os cabelos crespos, etc. Os cards analisados no final do texto comprovam isso.

principalmente os sujeitos racializados. Sabemos também que o isolamento social é o único modo de se prevenir do contágio, mas que a maioria de nós, mulheres negras, realiza trabalhos relacionados ao cuidado e aos chamados serviços essenciais. De maneira absurda, em alguns estados o serviço doméstico – predominantemente prestado por mulheres negras – foi considerado um serviço essencial.

É nesse contexto de pandemia e de relativo isolamento social – ainda eram proibidas aglomerações, embora muitos políticos estavam desrespeitando tais determinações – que as campanhas das mulheres negras ocuparam um importante espaço nas redes e plataformas sociais. O objetivo deste texto é retratar o protagonismo das mulheres negras na política no período de 2019-2020, considerando as principais pautas de atuação política e destacando a importância da comunicação, principalmente nas redes sociais, para a subversão da ordem hegemônica de controle da imagem de mulheres negras, que se instituiu no imaginário nacional e que nos coloca como subservientes e sexualmente disponíveis. A formulação do discurso contra-hegemônico produzido pelas mulheres negras se articula com a construção de novas imagens de si, de nós, da comunidade negra como um todo.

Para dar conta desta tarefa, estruturamos este texto em três partes. Na primeira, apresentaremos alguns aspectos importantes relativos ao contexto e às conquistas históricas do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras que contribuíram para a campanha de Vilma Reis e de outras mulheres negras candidatas a vereadora ou prefeita, assim como destacaremos alguns mecanismos de controle na política, caracterizados pela punição severa de mulheres quando cometem algum tipo de erro. Na segunda, abordaremos as questões teóricas sobre o tema do imaginário e das imagens de controle para, finalmente, no terceiro momento, apresentar a subversão da ordem e a formulação de narrativas contra-hegemônicas que caracterizam a atuação das mulheres negras na política.

## Contextos, conquistas e a luta permanente por cidadania e direito das mulheres negras

Desde o lançamento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, muitos esforços foram realizados no sentido de desconstruir, prioritariamente, o mito da democracia racial, cuja maior falácia era que a cor ou raça não constituíam elementos importantes na configuração da sociedade de classes no Brasil e, por consequência, na distribuição de recursos e de oportunidades; e que, portanto, não haveria discriminação racial. Desde então, muitas lutas foram travadas e algumas conquistas foram galgadas. Destacamos aqui as que consideramos mais importantes: o reconhecimento oficial de que havia discriminação racial no Brasil, feito por Fernando Henrique Cardoso; a criminalização do racismo; a inclusão da disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas; a adoção de políticas de cotas para acesso de pessoas negras às universidades públicas; e, mais recentemente, a distribuição dos fundos partidários para candidatos negros e negras na eleição de 2020<sup>3</sup> – mesmo que tal proporcionalidade ainda não ocorra. Com relação ao último ponto, são muitas denúncias do não cumprimento da lei feita pelas candidatas, tanto é que Lindinalva de Paula, candidata a vereadora em Salvador, pelo PT, rompeu o silêncio e escreveu uma carta aberta ao partido a respeito das disparidades de recursos para as campanhas dos candidatos e candidatas dentro do próprio partido.

Na última visita de Angela Davis à Bahia, em conferência proferida em 25 de julho de 2017, ela afirmou que “quando a vida das mulheres negras importar, teremos a certeza de que todas as vidas importam”. Ela estava apontando para o modo como as mulheres negras estão na base da pirâmide social e vivenciam o descaso do poder público com as populações negras e pobres, e isso tem consequências que vão desde a

---

<sup>3</sup> Em 25/08/2020, o TSE aprovou a imposição aos partidos de que o dinheiro do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral seja destinado de forma proporcional às campanhas de candidatas e candidatos negros. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/25/tse-aprova-financiamento-proporcional-a-candidatos-negros-a-partir-de-2022.htm>. Acesso em: 1 fev. 2021.

dificuldade do acesso à água, saúde, moradia, educação e trabalho, à permanência de um sistema estruturado em bases patriarcais, em que a socialização de gênero ainda atribui às mulheres a responsabilidade pela manutenção da família, o cuidado com a prole e tantas outras atividades consideradas femininas. A sobrecarga de responsabilidade, associada ao racismo e às representações estereotipadas de gênero, principalmente aquelas relacionadas ao corpo feminino negro, tem causado inúmeros prejuízos às mulheres negras em diversos âmbitos, e aqui destacamos a restrita participação política em diferentes esferas da sociedade (FIGUEIREDO, 2018).

As mulheres negras têm buscado estratégias coletivas para enfrentar as desigualdades, inclusive estabelecendo arenas para agir com autonomia. Foi desse modo que emergiu, nos anos 1980, o Movimento de Mulheres Negras no Brasil. A iniciativa de criar uma organização própria que refletisse os interesses das mulheres negras foi vista com desconfiança, tanto pelo movimento feminista quanto pelas organizações negras, e foi acusada de ser uma espécie de traição aos princípios de ação e solidariedade pelos dois grupos. Angela Davis explica o que estava acontecendo, quando escreve que “o feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos” (2018, p. 21).

A Carta das Mulheres Negras<sup>4</sup>, publicada antes da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, em 2015, é o documento produzido no processo de organização de um ponto alto do Movimento de Mulheres Negras a nível nacional. Para os propósitos deste texto, destacamos na Carta a síntese das reivindicações atuais do Movimento de Mulheres Negras: o direito à vida e à liberdade; a promoção da igualdade racial; o direito ao trabalho; o direito à educação; o direito à justiça; o direito à moradia, à terra e à cidade; o direito à segurança pública e o direito à cultura.

---

<sup>4</sup> Carta da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver (2015). Disponível em: <https://amnb.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/>. Acesso em: 1 fev. 2021.



O contexto político e social em que a Marcha se inscreveu foi propiciado pelas conquistas dos movimentos negros a partir dos anos 1980 e é atrelado às políticas sociais implementadas pelos governos petista, tais como a expansão do número de universidades públicas e a implementação das políticas de ações afirmativas, possibilitando a entrada de um maior número de professoras/es e estudantes negras e negros na universidade. Isso contribuiu para a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades, que efetivamente estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais, notadamente, o Movimento de Mulheres Negras.

Como já destacado por Figueiredo (2020), o acúmulo de dados sobre as desigualdades raciais e de gênero, produzidos dentro e fora da academia, adicionados a conquistas feministas e o uso de plataformas digitais, ampliou a atuação feminista negra, dando origem ao *ciberativismo feminista negro*, promovido pelas feministas negras decoloniais, feministas negras abolicionistas, feministas negras interseccionais, feministas negras lésbicas, dentre outras identificações. Se opondo à noção de ondas que caracteriza o Feminismo Hegemônico, este movimento se autodefine como *maré feminista negra*, uma identificação que se refere ao modo como as mulheres negras de comunidades tradicionais e quilombolas retiram seu sustento da maré. O movimento também se constitui como uma ruptura, uma vez que as diferentes ondas feministas não incluíram, em nenhuma de suas fases, a contribuição feminista negra. Nós contaremos a nossa própria história!

No âmbito da política, a *maré feminista negra* busca redefinir os espaços de poder, ao reduzir o uso político por forças conservadoras das candidaturas femininas que existem para cumprir a Lei nº 9.504/97, determinando que 30% das candidaturas a cargo público de cada partido sejam de mulheres. Conforme manifestamos na carta de apoio do Fórum Marielles à candidatura de Vilma Reis, distribuída presencialmente e publicada no *Facebook* do Fórum, queremos a autonomia das candidatas mulheres,

[...] já que muitas que são escolhidas representam interesses e pautas fundamentalmente masculinas, uma espécie de transmutação de ideais

masculinos em corpos femininos. [...] O que queremos agora é um alinhamento entre autonomia, competência e assunção de pautas relevantes para os movimentos sociais, e um projeto político voltado para o combate às desigualdades sociais, uma proposta de administração/gestão pública em que caibam todos e todas.

Sueli Carneiro (2011, p. 3) enumera as implicações políticas e sociais da participação de mulheres negras do movimento:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.

Inspiradas pela contribuição de Sueli Carneiro, seguimos firmes com o propósito de enegrecer e feminilizar a política brasileira para combater a misoginia que prevalece nesse campo, pois sabemos que a participação política de mulheres negras nos espaços legislativos é de fundamental importância para a nossa sociedade. Uma reportagem publicada pela Agência Brasil<sup>5</sup>, em 2018, diz que de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras são menos de 1% na Câmara dos Deputados. Dentre os 513 parlamentares na Câmara de Deputados Federais, 52 são mulheres e, dessas, apenas sete são negras.

Além da falta de investimento dos partidos nas candidatas negras, as experiências narradas por parlamentares negras são de total isolamento, ao ocuparem um espaço que historicamente não foi construído para recebê-las. As trajetórias de mulheres negras

<sup>5</sup> Matéria Publicada pela Agência Brasil em 25/07/2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-07/mulheres-negras-se-mobilizam-para-ampliar-presenca-na-politica>. Acesso em: 1 fev. 2021.

que se destacaram em cargos públicos contêm episódios de punições rápidas e severas, a exemplo de Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, em fevereiro de 2008, e de Benedita da Silva, quando exercia o cargo de Ministra da Secretaria de Assistência e Promoção Social, em 2010. Foram imediatamente destituídas de seus cargos, “linchadas” moralmente e desacreditadas como pessoas e como políticas, com o intuito de desencorajar outras pessoas negras a trilharem o mesmo caminho.

Sueli Carneiro (2009) relembra o caso de Matilde Ribeiro, quando foi acusada pela justiça brasileira por ter utilizado de maneira inadequada um cartão corporativo. A autora chama a atenção para o tratamento dispensado à ex-ministra, mulher negra, dentro e fora do governo, quando comparado à maneira como outros casos semelhantes, ou até mais graves do que o dela, são tratados. Ela chama a atenção para o fato de que a ex-ministra, uma vez acusada, não foi chamada para se explicar pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de quem teria cargo de confiança. Também foi divulgado que a ex-ministra teria sido sabatinada e recebido aconselhamentos para pedir demissão por outros três ministros, supostamente equivalentes a ela.

Demitida e exposta a uma patética coletiva de imprensa, jogada aos leões, sem a presença de nenhuma das figuras de expressão do governo ou de seu partido para emprestar-lhe solidariedade, como houve em outros casos similares que envolveram homens brancos. Na mídia, proliferaram charges sobre ela que extrapolaram em muito o objeto central da irregularidade de que era acusada. De forma grotesca, deram plena vazão aos estereótipos. As ilustrações de sua figura nos órgãos de imprensa serviram-se de todos os clichês correntes em relação às pessoas negras. Em uma delas, ela é representada sambando com batas africanas e tranças rastafári. Como se esses traços de identidade falassem por si só e, portanto, explicassem os erros que lhe custaram o cargo. (CARNEIRO, 2009, p. 2).

A forma como a ex-ministra foi tratada revela que mesmo que as mulheres negras estejam em espaços de poder, o tratamento dedicado a elas sempre estará atrelado ao imaginário racista e sexista colonial e escravocrata. Mesmo com histórias

de luta, as mulheres negras têm sido posicionadas pelo outro, pelo homem branco, colonizador e detentor do poder.

A falta de reconhecimento dos feitos políticos de mulheres negras também deve ser destacada. Em 25 de julho de 2014 foi anunciado o falecimento de Rilza Valentim, prefeita de São Francisco do Conde/BA, cidade com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. A morte de Rilza foi derivada de uma das complicações da anemia falciforme, doença que acomete, principalmente, a população negra. Nos anos de 1990 o Movimento de Mulheres Negras iniciou uma batalha sem precedentes na área de saúde, chamando a atenção para o modo como o racismo institucional atua em relação às doenças mais prevalentes na população negra, a exemplo da anemia falciforme, a hipertensão arterial e a ocorrência de miomas. A notícia do falecimento de Rilza não provocou nos meios de comunicação uma reflexão sobre as suas realizações na administração na cidade de São Francisco, principalmente sobre os investimentos feitos na área da saúde, especificamente no diagnóstico e tratamento da anemia falciforme, doença que causou a morte da prefeita.

A produção dessas imagens de mulheres negras na política acaba por destruí-las, criminalizá-las, julgá-las, sentenciá-las e condená-las. As imagens que são servidas à sociedade pelos meios comerciais de comunicação colocam essas mulheres novamente no campo da negação. E mesmo com tantas negativas, as mulheres negras seguem buscando brechas para apresentar suas produções, pensamentos e outros modelos de sociedade.

### **Imaginários e representações contestatários**

Tomamos de empréstimo a definição de Stuart Hall sobre o imaginário, em que o autor considera que “[...] é somente pelo modo no qual representamos e imaginamos a nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e quem somos” (HALL, 2003, p. 346). E é por meio desse processo de reconstrução dos imaginários de si que as

campanhas procuraram se contrapor a representações e imaginários sociais que subalternizam e criminalizam a população negra, perpetuando sua inferiorização, desumanizando e aniquilando sua existência.

Há diversas análises das imagens estereotipadas de negros e negras. Aqui, queremos destacar o trabalho de Fernando Conceição, citado por Kejval (2018). Ele afirma que nos meios de comunicação negros e negras são retratados comumente de três formas: lúgubre, lúdica e luxuriosa:

**-Lúgubre:** (sombrio, sinistro, medonho); nos diversos noticiários dos programas policiais, que ganham cada dia mais espaço na televisão brasileira. - **Lúdico:** (referente a divertimento); aparece em ocasiões comemorativas, como por exemplo no carnaval ou em situações onde ele, o negro, é apenas alegoria juntamente com seus instrumentos de batuque, apresentando-se muitas vezes fantasiado, bem ao gosto dos turistas nacionais e estrangeiros. - **Luxurioso:** essa imagem lasciva (sensual, permissiva, que procura constantemente e sem pudor satisfações sexuais, dissoluto, devasso), onde são introduzidos desde cedo na prostituição. (CONCEIÇÃO *apud* KEJVAL, 2018, *online*, grifos do autor).

Para Lélia Gonzalez, o confinamento das mulheres negras às figuras da mulata, da empregada doméstica e da mãe preta reivindicam outras análises e discursos que vão revelar a problemática brasileira acerca dos símbolos da comunicação.

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência. (GONZALEZ, 1983, p. 223-224).

Ainda que seja possível constatar transformações importantes nas representações de pessoas negras pelas emissoras de televisão, ainda é possível

identificar os elementos apontados por Fernando Conceição e por Lélia Gonzalez nos dias de hoje. O lúgubre percebemos nas manchetes e editoriais de segurança, quando todas as informações relacionadas a assalto, roubo, morte, estupro e violência estão atrelas à imagem de pessoas negras. O lúdico aparece quando, desde criança, a população negra é obrigada a conviver com sua autoimagem relacionada a festejos, personagens de comédia e folclóricos – como é o caso das fantasias de “nêga maluca”, bastante utilizadas no período das festas carnavalescas. Já o luxurioso rememora a imagem sexualizada de homens e mulheres negras, que na contemporaneidade está por trás da famosa mulata do samba, como a personagem Globeleza, ou dos mitos sexuais dos homens negros como bons de cama e viris.

Patricia Hill Collins (2010) apresenta o conceito de imagens de controle (*controlling images*) para se referir aos estereótipos e imagens construídos sobre as mulheres negras, que as objetificam, hipersexualizam e desumanizam. Para a autora, as imagens de controle são designadas para mascarar o racismo, o sexismo, a pobreza e outras injustiças sociais, fazendo-os parecer natural, normal e parte inevitável do cotidiano.

[...] a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (COLLINS, 2016, p. 105)

A socialização se encarrega de reproduzir e perpetuar os imaginários sociais negativos sobre as mulheres negras, fazendo com que eles se reproduzam, inclusive, nas representações que construímos sobre nós mesmas. Isso se reflete na propagação de baixa autoestima, timidez, desvalorização das características negras e também na

padronização das representações do sujeito mulher negra. Collins (2016) sugere que as imagens de controle sejam contrapostas às práticas do cotidiano, ampliando assim o entendimento de que as mulheres negras devem agenciar essas imagens de controle hegemônicas.

A opressão vivenciada pela maioria das mulheres negras é moldada por seu status de subordinadas em meio a uma série de dualidades do tipo isto ou aquilo. Às mulheres afro-americanas têm sido atribuídas as metades inferiores de diversas dualidades e essa colocação tem sido central para a sua dominação persistente. Por exemplo: a alegada natureza emocional, passional das mulheres afro-americanas tem por muito tempo sido usada como justificativa para sua exploração sexual. De forma similar, negar a alfabetização às mulheres negras – e depois alegar que lhes falta os fatos para um julgamento com bom senso – ilustra outro caso de como se pode atribuir a um grupo um status inferior e depois usar esse status inferior como prova da inferioridade do grupo. (COLLINS, 2016, p. 109).

O trabalho histórico produzido pelas organizações de mulheres negras no Brasil tem sido fundamental para combater a mercantilização, objetificação e estereótipos reforçados sobre as mulheres negras. É através desse movimento de contestação e rompimento das imagens centradas na negra escravizada, mucama e serviçal, portanto, não humana e animalizada, que essas organizações têm fortalecido os discursos e imagens baseados em referenciais e representações positivas sobre as mulheres negras produzidos no âmbito da luta racial.

Levando em conta o jogo de disputa contra o discurso hegemônico, as mulheres negras estão fazendo exatamente o exercício sugerido por Collins, elas assumiram o controle de suas imagens. E romper com o imaginário já fixado não é tarefa fácil, significa reelaborar o impacto da representação para dimensionar e constituir novos caminhos para uma visibilidade que é referenciada em si. É fortalecer o ressignificar, constituído como tática de operação política, que tem permitido à população negra e às mulheres negras ler o contemporâneo e ser capazes de interferir na representação e no imaginário.

## Narrativas e práticas contra-hegemônicas: assumir o controle da própria imagem

Lélia Gonzalez, em seu conhecido artigo “Racismo e sexismo na sociedade brasileira” (1983), diz muito sobre os rompimentos que as organizações de mulheres negras têm feito para ressignificar o olhar fixado sobre elas, quando afirma “[...] Agora o lixo vai falar, e numa boa”. Para construir os processos de rupturas, as mulheres negras potencializam imaginários sobre si e sobre sua história que ultrapassam os limites determinados pela hegemonia.

Seguindo os caminhos orientados por Lélia Gonzalez, a disputa de narrativas realizada por esses grupos não passa por mais presença negra na mídia hegemônica. Não se trata de ter mais negros e negras na TV ou na novela, mas sim da reverberação do discurso e da produção de narrativas de resistência comprometidas com a vida e a liberdade da população. Trata-se, efetivamente de “falas dos lixos”, como sugerido por Lélia, falas que ecoam provocando fissuras nas lógicas da supremacia branca brasileira, quando se fazem ouvir. No campo contra-hegemônico, a tensão entre a fala e a escuta é ordenada pela ideia de fissura do projeto dominante.

A partir da fala, as mulheres negras têm visibilizado suas realidades e defendido seu projeto de insubordinação, suas vozes revelam e promovem o tensionamento das suas relações com o poder hegemônico, provocando alterações na correlação de forças.

Entendemos que as falas de mulheres negras na campanha de Vilma Reis e de outras candidatas negras nas eleições baianas de 2020 correspondem à ideia de contraposição à hegemonia. É pelo reforço da ideia e da prática de insubmissão que as mulheres negras passam a reivindicar e questionar o poder hegemônico, atuando de forma estratégica a partir das brechas ou falhas.

As ações políticas das organizações de mulheres negras revelam práticas insubmissas e insubordinadas de comunicação, que materializam seu discurso com a publicação de imagens, vídeos, textos e boletins e com ações nas redes sociais e



plataformas com denúncias e palavras de ordem que evocam a mobilização para a luta e que dão vida a personagens que normalmente, ao falar de si, não são escutadas. As mulheres negras encontraram outras formas de falar, e isso ocorre, por exemplo, através da produção de cartazes e *cards online* com imagens de mulheres negras comuns que não se enquadram nos limites dos imaginários estereotipados e estigmatizadores, com vídeos e fotografias que eternizam registros e memórias de reuniões, encontros, marchas e momentos de trocas e solidariedade baseadas em uma construção centrada no “nós”. (Leite, 2019).

A experiência na Bahia ecoa a de outras regiões. Em um estudo da comunicação de organizações de mulheres no Sudeste do Brasil, Ana Angélica Sebastião escreveu: “Os discursos nas práticas comunicativas das organizações de mulheres negras – ou seja, presentes nos boletins, revistas, jornais e páginas na Internet – mostram como essas instituições delineiam o campo da experiência da construção do gênero diferenciado pelo racismo” (SEBASTIÃO, 2007, p. 74).

Assim, o trabalho de comunicação dessas entidades usa suas mídias como ferramentas na reconstrução afetiva de si, disputando imaginários com a grande mídia e desestruturando o projeto de invisibilização de suas falas e corpos. A experiência mostra que à medida que os imaginários hegemônicos se abalam, abrem-se espaços para a criação de imaginários e imagens positivas e diversas, fora do controle hegemônico.

### **Práticas comunicativas autorreferenciadas e a *maré feminista negra***

“Branco sai e preta entra”, talvez esta seja a frase que mais represente a construção que as mulheres negras fizeram para enegrecer a política nas disputas eleitorais de 2020. De acordo com TSE, foram 88.555 candidatas negras nas últimas eleições. Os simbolismos que alicerçaram a construção narrativa utilizada pelas candidaturas de mulheres negras acionaram um modelo de sociedade em contraposição à história de um país fincado em ações de destruição e da tragédia do racismo. Mesmo

que os números finais não tenham alterado o perfil dos legisladores e gestores municipais no Brasil, as mulheres negras deram um passo importante, guiadas por princípios ancestrais de insubordinação e de rompimento com o modelo branco-masculino e individualista de fazer política. As mulheres negras apresentaram uma proposta política coletiva, contrariando o neoliberalismo e a necropolítica, pautando a expansão de direitos referentes à educação, habitação, trabalho, moradia, saúde e o combate às desigualdades sociais, raciais e de gênero e contra a LGTBTQIA+fobia. Vilma Reis considera que:

Nossa posição política tem muito a ver com a proposta de ruptura em um país com 34 partidos políticos em funcionamento no Congresso, sendo todos eles comandados por homens brancos. A noção deles de renovação ou de alternância de poder é de passar o poder sempre para o novo homem branco que domina com mãos de ferro os partidos de esquerda e direita, nessa tão nova democracia brasileira com 130 anos. É um projeto de república que é incapaz de nos acolher. Nós, mulheres negras, secularmente construímos as possibilidades para chegarmos até aqui. Nós não vamos decorar nenhuma mesa, a gente se coloca para construir possibilidades de estarmos nas linhas de poder, nas linhas decisórias dos partidos, sem patrão, sem dono e sem tutela política, afirmando nossa autonomia e dizendo: “A nova estética política é com as mulheres negras”, e essa não é uma frase que é para se perder no vazio. (REIS *apud* FIGUEIREDO *et al.*, 2020, p. 101).

A insurgência das mulheres negras nas redes sociais e na mobilização política, caracterizada pelo número de organizações voltadas para o protagonismo das mulheres nesse setor – Fórum Marielle Franco, ENEGRECER a Política, Mulheres Negras Decidem, Eu Voto em Negra – bem como através do número mulheres negras candidatas, tem sido definido por nós como a *maré feminista negra* (FIGUEIREDO, 2020). A disputa eleitoral de 2020 reafirmou que as mulheres negras são “diversas, mas não dispersas”, para lembrar uma frase de Marielle Franco.

As peças de campanha mostraram dimensões e diferentes espaços simbólicos e sociais ocupados pelas mulheres negras, além da presença de narrativas que invocaram outra forma de fazer e estar na política. Trata-se, efetivamente, de uma nova proposta

ética e estética na política, sem perder de vista os referenciais culturais e simbólicos que contribuem para o fortalecimento de suas identidades, na perspectiva de criar uma sociedade em que caibam todas, todos e todes.

Como dito anteriormente, consideramos que as eleições municipais de 2020 foram articuladas como uma resposta ao assassinato de Marielle Franco e às ações propostas pela Marcha das Mulheres Negras, pela disputa das mulheres negras dentro e fora dos partidos políticos e pela defesa de uma agenda política orientada por uma perspectiva feminista negra. No caso da Bahia, especificamente, o debate eclodiu a partir da articulação da pré-candidatura de Vilma Reis e do movimento *Agora é ela!* em 2 de julho de 2019, dia da Independência da Bahia, em que a pré-candidatura foi anunciada durante as manifestações na rua e no *Facebook*<sup>6</sup>. “O anúncio da pré-candidatura de Vilma Reis estimulou um amplo debate sobre a importância de candidaturas de mulheres negras em todos os partidos na Bahia e no Brasil e, certamente, não foi diferente no Partido dos Trabalhadores” (FIGUEIREDO *et al.*, 2020, p. 99).

A construção do nome de Vilma Reis, uma mulher negra ativista, lésbica, socióloga e do candomblé, resultou de uma articulação coletiva e representava os anseios do Movimento de Mulheres Negras – organizações e grupos diversos do movimento negro misto, das organizações de direitos humanos, do movimento de pesca, quilombola, LGTBTQIA+, das juventudes, de militantes negros dos partidos de esquerda. Esse processo de articulação, iniciado em 2019, teve o propósito de mobilizar um maior número de organizações e indivíduos em torno de um projeto político capaz de pressionar o PT na escolha da candidatura majoritária em Salvador.

Após muito tempo apoiando as escolhas dos partidos, o Movimento de Mulheres Negras assumiu o protagonismo, definindo nossa pré-candidata, antes mesmo do

---

<sup>6</sup> O 2 de julho, dia em que se comemora a Independência da Bahia, é uma data significativa em que celebramos a força e bravura dos baianos e baianas, mas é também uma data importante para a política local. Durante as festividades, grupos políticos de esquerda e direita disputam espaços, assim como os movimentos sindicais e os movimentos populares, por isso, a data escolhida para o lançamento da pré-candidatura de Vilma foi tão importante.

próprio partido. Desse modo, criou tensões para se colocar no lugar de liderança no processo político da capital mais negra fora do continente africano.

Ao acessar materiais produzidos no âmbito da pré-candidatura de Vilma Reis (PT-BA) à prefeitura de Salvador, identificamos enunciados que convocam a sociedade para uma disputa de poder articulada pela necessidade de mudança nos espaços institucionais e de rompimento com as representações hegemônicas. *Agora é ela!* não é apenas um slogan, é um chamado das mulheres negras, que está intimamente conectado com a memória e a responsabilidade com a história de luta da população negra na Bahia.

Figura 2 – Card da pré-candidatura de Vilma Reis à prefeitura de Salvador (2020)



Fonte: Instagram Vilma Reis

O movimento *Agora é ela!* foi criado para dar voz às vidas negras, colocando as mulheres negras no lugar de sujeitas políticas, ao mesmo tempo em que evidenciou a construção de uma agenda comum em torno da comunidade. Uma campanha que procurou deslocar as mulheres negras da associação a funções subalternas e representá-las como sujeitas de sua própria história, contrapondo-as emblemáticas imagens das

mulheres negras destacadas por Gonzalez (1983). Na imagem acima, identificamos altivez, ancestralidade, narrativas de pertencimento e autoridade, através do uso de uma imagem do rosto de Vilma Reis e outra, clássica, que simboliza a Bahia, o Elevador Lacerda<sup>7</sup>.

Nas peças de outras candidatas também identificamos – que por limitações de espaço não serão analisadas aqui – uma evidente preocupação em atrair diferentes públicos, chamando a atenção para o contexto político de negação de direitos, reafirmando, desse modo, a democracia. É o que percebemos no material da candidatura coletiva *Vozes da Cidade*, protagonizada por Ângela Guimarães, oriunda do bairro do Curuzu/Liberdade, professora da Rede Estadual que construiu sua carreira política ligada à União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO) e ao PC do B; Selma Bonfim, ativista comunitária da região da Península de Itapagipe, em Salvador, que atua na Escola Comunitária Luiza Mahin; e Jonas Bueno, do Subúrbio Ferroviário. A candidatura coletiva apresentou um novo formato, alinhado numa perspectiva política mais plural e coletiva a potência da troca geracional.

Figura 3 – Candidatura Coletiva *Vozes da Cidade* (PC do B, 2020)

---

<sup>7</sup> O Elevador Lacerda faz parte do sistema de transporte público da cidade de Salvador, ligando a Praça Cairu (Cidade Baixa) e a Praça Tomé de Souza (Cidade Alta). O Elevador também é um dos principais pontos turísticos da cidade. Do alto, alcançamos a vista para a Baía de Todos os Santos e para o Mercado Modelo.



Fonte: Instagram Angela Guimarães.

As estratégias coletivas resgatam a nossa prática política expressa na palavra de ordem “uma sobe e puxa a outra”. Trata-se de uma ferramenta que busca mecanismos de inclusão e mudança nas decisões de poder dentro dos espaços políticos. A partir dos materiais divulgados nas redes sociais, identificamos que a vinculação de Ângela Guimarães e Selma Bomfim com a educação mobilizou professores e professoras, bem como organizações comunitárias e setores de negros, mulheres e jovens de Salvador, além de mobilizar eleitores através do pertencimento a territórios bastante demarcados nos materiais veiculados nas redes sociais.

Na análise da figura 3 também observamos a vinculação entre a imagem das candidatas e uma estética negra, com cabelos trançados e *black power* e uso de cores fortes que caracterizam a ruptura com o imaginário social de que pessoas negras não podem utilizá-las (FIGUEIREDO, 2016). São outras linguagens, olhares e movimentações que não apenas intensificam uma perspectiva inclusiva de mobilização de outros signos, mas também reconhecem e valorizam outras práticas políticas. Resignificar os cabelos afro, vestimentas, pele e maquiagem para as mulheres negras e a população negra não é

mera abstração estética, é ato político que reivindica identidade e pertencimento. Por isso, é interessante perceber que na composição das peças de comunicação trabalhadas nas eleições de 2020 vamos encontrar a presença de marcas culturais em referência à ancestralidade, história e luta negras.

Figura 4 – Card de apresentação das candidatas negras a vereança em Salvador (PSOL, 2020)



Fonte: Instagram do PSOL

Na figura 4 vemos outro *slogan* que muito evidencia a ação de tomada de poder das mulheres negras na política: “Nada sobre nós sem nós”. A frase sublinha um campo sensível na aproximação das mulheres negras, além de visibilizar quem são as guerreiras anônimas que se colocaram na disputa, defendendo uma agenda política comum de enfrentamento ao racismo e ao sexismo dentro e fora dos partidos políticos. É uma frase simples que traduz a intensidade, potência, importância e as expectativas políticas das mulheres negras em relação à ocupação dos espaços institucionais. É uma reação à hegemonia, determinando que o tempo das mulheres negras é agora e que não podemos mais esperar.

Não se trata apenas de uma retórica convencional e panfletária em peças de mobilização do voto, mas sim de uma convocação à adesão ao projeto de ampliação do espaço simbólico e político das mulheres negras e a autodeterminação na relação com o partido. Ou seja, não basta identificar a baixa representação e nem a importância de trazer o recorte racial para os partidos, como tem sido feito há muitos anos. Trata-se, efetivamente, de romper com um modelo instituído, dessa vez interseccionando as categorias de gênero, raça, classe, ancestralidade, geração e pertencimento.

Durante a campanha, as peças publicitárias contribuíram para a percepção da urgência da eleição de mulheres negras para que o espaço político incorpore de fato uma agenda de enfrentamento ao racismo e ao patriarcalismo nas estruturas de poder. No *card* do PSOL, apresentando suas candidatas, não tem escrito “mulheres negras”, apenas “mulheres”, ou seja, as mulheres negras são representadas de maneira expressiva, visibilizando a produção de narrativas, imagens e discursos sobre sua atuação política, transformando as tradicionais representações de poder.

A comunicação realizada pelas candidaturas de mulheres negras em 2020 apontou a ampliação do olhar para a comunicação, enquanto lugar de disputa de poder, contato, persuasão e mobilização através dos discursos. A partir dos *cards* percebemos um deslocamento na projeção das peças de comunicação que acionam as mulheres negras a se situarem na disputa de outros espaços, trazendo sua ancestralidade e suas vivências.

Figura 5 – *Card* da candidatura coletiva *Pretas por Salvador* (PSOL, 2020)





Fonte:

A candidatura coletiva *Pretas por Salvador*, vitoriosas na última eleição, provoca tensões em relação ao imaginário representacional hegemônico da política, centrado no indivíduo masculino e branco. Uma das táticas comunicacionais utilizadas pelas candidaturas de mulheres negras no contexto das eleições municipais em Salvador é a ativação de uma perspectiva mais horizontal e coletiva. No caso da figura 5, vemos a reafirmação da identidade religiosa afro-brasileira, que remete a uma conexão com a ancestralidade marcada através do uso do torço na cabeça e das vestimentas brancas, que fazem referência ao orixá Oxalá, além do uso de contas (guias) que denotam o pertencimento às religiões de matriz africana.

Concluiremos com a análise da figura 6, o *card* de Eliete Paraguassu, exatamente para fechar o nosso argumento sobre a *maré feminista negra*. Eliete é marisqueira, quilombola e foi candidata à vereadora de Salvador. Uma candidatura construída dentro do movimento organizado da pesca artesanal e quilombola da Bahia, que também mobilizou grupos vinculados à luta pelo direito ao território, e não apenas os sujeitos que estão na disputa dessas agendas, mas também grupos que pesquisam sobre o tema.

A partir dos materiais veiculados nas redes sociais também identificamos o apoio de ativistas do Movimento de Mulheres Negras da Bahia a esta candidata.

Figura 6 – Card da candidatura de Eliete Parguassu (PSOL, 2020)



Fonte: Facebook (Instagram @elieteparaguacu)

A imagem de Eliete revela os vários sentidos do projeto de ocupação de poder que tem sido articulado pelas mulheres negras. Remonta a novas ordens de representação capazes de mudar a realidade do cenário político. Borges (2016) destaca que a insurgência da luta das mulheres negras tem possibilitado espaços para os novos regimes de visibilidade: uma insurgência que enfrenta a morte e a negação estética, ética, política e humana da representação das mulheres negras, trazendo-as para outros lugares de vida e de possibilidades de existência, sem negar sua identidade, sua corporeidade, sua fala, seu pertencimento histórico e nem sua ancestralidade.

A composição da figura 6 é formada pela imagem da candidata, o texto e a cor do mar ao fundo da foto reforçam, justamente, a partir de qual contexto e território ela está apresentando sua candidatura. O olhar de Eliete estabelece um diálogo direto com as mulheres negras e com a sociedade na convocação para um projeto de futuro e para o

enfrentamento da sentença de morte estabelecida pela política genocida no Brasil. Essa política se realiza através das violências e negação de direitos pelo Estado, mas aqui se refere também à destruição da natureza, principalmente pela poluição dos rios e mares do nosso país. A presença do mar na composição da imagem, além de referenciar o lugar de fala e a identidade da candidata, enquanto marisqueira e quilombola, convoca-nos para repensar o modelo de desenvolvimento brasileiro centrado no do Bem Viver, um pacto civilizatório apresentado pelas mulheres negras na Carta da Marcha das Mulheres Negras, de 2015. A presença do mar como cenário também reforça a ideia da vida, do alimento, da renovação. As interações simbólicas presentes na imagem desafiam as estruturas de poder, no sentido da afirmação de que sem vidas negras não existe futuro, não existe Bem Viver. A candidatura de Eliete Paraguassu, que recebeu 2.291 votos, foi uma das mais votadas do seu partido.

### Considerações finais

Por fim, queremos dizer que reconstruir e apresentar a mudança de sentido das imagens das mulheres negras é tática importante para constituir autorreferenciais positivos. Além de marcar a importância política dessas mulheres, cujas trajetórias são invisibilizadas no país, valida um movimento de reafirmação de que as mulheres negras estão inseridas no ambiente público, na condição de protagonistas de narrativas de suas experiências, seus pontos de vista e os lugares dos quais falam, atravessados pelo racismo e pelo sexismo.

A partir das suas ações de comunicação, as candidaturas de mulheres negras disputaram e reafirmaram as marcas produzidas sob a sua própria cosmovisão, suas agendas políticas, referenciais simbólicos, ações de enfrentamento na conjuntura política e na criação de novos marcos políticos. As peças analisadas mostram que as mulheres negras têm ampliado suas ações no processo de disputa de poder, para incidir na conjuntura de maneira tática, valorizando e potencializando seus pertencimentos

identitários. As peças rompem com imaginários desumanizadores e subalternizadores sobre as mulheres negras. A insurgência das candidaturas negras implicou no rompimento do limite hegemônico das representações de mulheres negras e, a nosso ver, tem papel estratégico na constituição de um outro mundo, um outro modelo de sociedade a partir de narrativas contra-hegemônicas.

### Referências bibliográficas

BORGES, Rosane. As vias por onde caminha a transformação política contemporânea. Política, imaginário e representação: uma nova agenda para o século XXI? **Blog da Boitempo**, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/politica-imaginario-e-representacao-uma-nova-agenda-para-o-seculo-xxi/>. Acesso em: 23 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Para ir muito além da crítica ao “identitarismo”**. **Blog OutrasPalavras**, 26/02/2019. Disponível em: [https://outraspalavras.net/descolonizacoes/para-ir-muito-alem-da-critica-ao-identitarismo/?fbclid=IwAR37KikrxjAnD54YEM\\_qjF8I2D9rfwP\\_ab8uZe7PMupFA8hj4C5XYrgQCuo](https://outraspalavras.net/descolonizacoes/para-ir-muito-alem-da-critica-ao-identitarismo/?fbclid=IwAR37KikrxjAnD54YEM_qjF8I2D9rfwP_ab8uZe7PMupFA8hj4C5XYrgQCuo). Acesso em: 23 abr. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres Negras e Poder**: um ensaio sobre a ausência, 2009. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-6-CARNEIRO-Suely-Mulheres-Negras-e-Poder.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York/London: Routledge, 2010.

\_\_\_\_\_. COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista **Sociedade e Estado**, [online], v. 31,

n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DAVIS, Angela. **A Liberdade é uma Luta Constante**. Organização de Frank Barat. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

FIGUEIREDO, Angela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/33942>.

\_\_\_\_\_. Epistemologia insubmissa negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102/11455>. Acesso em: 1out. 2020.

\_\_\_\_\_. *et al.* Desobediência ao racismo, ao heteropatriarcado e à heteronormatividade branca na política: entrevista com Vilma Reis. **Cadernos de gênero e diversidade**, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42038/23117>. Acesso em: 20 out. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983. Disponível em: <https://nosmulheresblog.files.wordpress.com/2016/04/gonzalez-racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira.pdf>.

HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. In: \_\_\_\_\_. **Da Diáspora**. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Representação da Unesco no Brasil, 2003.

KEJVAL, Larisa. Ante la ley: reconfiguraciones de la identidad política das rádios comunitárias, populares e alternativas argentinas. **Anais do XIV Congresso da Associação Latinoamericana de Investigadores da Comunicação**, Costa Rica, jul./ago. 2018. Disponível em: <https://www.alaic.org/site/wp-content/uploads/2019/04/GT-8-ALAIC-2018.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

LEITE, Naiara. **Negras Comunicações**: as narrativas do Odara e da Bamidelê para produção de imaginários auto-referenciados. (Dissertação). Mestrado em Comunicação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Cachoeira. 2019.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. **Memória, imaginário e Poder:** práticas comunicativas e de resignificação das organizações de mulheres negras. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:  
[https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504674/bytestreams/content/content?filename=Ana\\_Angelica\\_Sebastiao\\_2007.pdf](https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504674/bytestreams/content/content?filename=Ana_Angelica_Sebastiao_2007.pdf). Acesso em: 17 dez. 2018.